

1           **ATA 02° DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO**  
2           **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE**  
3           **DO SUL – IPE SAÚDE**

4  
5   Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, em reunião  
6   híbrida, realizou-se a segunda Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de  
7   Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de 2023,  
8   sob a presidência da conselheira Liselena Schiffino Robles Ribeiro, vice-presidente do Conselho  
9   de Administração do IPE Saúde, e secretariada por Thuane Liesenfeld Borges, secretária do  
10   colegiado. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi declarada aberta a reunião, que contou com  
11   a presença dos conselheiros representantes do Governo do Estado, titulares Bruno Queiroz  
12   Jatene, Thiago Dapper Gomes (IPE Saúde), Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), Mauro  
13   Luciano Hauschild (Executivo), Liselena Schifino Robles Ribeiro (TJRS), e André Fernando Janson  
14   Carvalho Leite (MPRS); e representantes dos segurados, titulares Kátia Terraciano Moraes e Ives  
15   Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Márcia Elisa Pereira Trindade e Antônio de Pádua  
16   (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andreazza (Cpers). A reunião contou também  
17   com a presença do suplente Danilo Krause, além do diretor de Provimento de Saúde, Antônio  
18   Quinto Neto, e da assessora de Provimento de Saúde, Ilse Tondo. **2) Ausências justificadas.**  
19   Nenhuma. **3) Aprovação das Atas CA de Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de**  
20   **21 de dezembro de 2022 e de 12 de janeiro de 2023.** Solicitou-se que a aprovação geral destas  
21   atas seja realizada na sessão do dia 09 de fevereiro de 2023, pois ficaram pendentes correções  
22   de assuntos administrativos, dentre outros. **4)Correspondências expedidas.** Não há. **5)**  
23   **Correspondências recebidas.** PROA nº 22/2441-0015705-4 que trata sobre a Minuta de  
24   Relatório de Auditoria da CAGE referente ao exercício de 2021; e Ofício da Federação RS das  
25   Santas Casas e Hospitais Sem Fins Lucrativos com manifestação quanto ao credenciamento com  
26   o IPE Saúde. **6) Relato sobre a recontratualização com o Hospital Santa Casa de Misericórdia**  
27   **de Porto Alegre e demais prestadores, e discussão sobre ofício remetido pela Federação RS e**  
28   **FEHOSUL.** Para dar início às discussões, o diretor-presidente do IPE Saúde e conselheiro, Bruno  
29   Jatene, manifestou-se sobre o recebimento do ofício pelo Conselho de Administração, remetido  
30   pela Federação RS das Santas Casas e Hospitais Sem Fins Lucrativos e Federação dos Hospitais e  
31   Estabelecimentos de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul - FEHOSUL, onde requerem soluções  
32   para o desequilíbrio econômico-financeiro enfrentado pelos hospitais credenciados causado

33 pela mudança de remuneração aos mesmos por meio da revisão de tabelas de medicamentos,  
34 OPME's e parte das dietas enterais realizada pelo IPE Saúde. Durante sua manifestação, Bruno  
35 abordou a importância do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre para o  
36 atendimento pleno dos segurados do IPE Saúde e para a totalidade da população do Rio Grande  
37 do Sul. Afirmou que desde março de 2022 a Presidência, junto da Diretoria Executiva da  
38 Autarquia, tem conversado com os gestores dos hospitais credenciados para que se trabalhe  
39 uma reconstrução com o Instituto. O mesmo foi feito com o Hospital Santa Casa de  
40 Misericórdia de Porto Alegre, porém, sem avanços nas tratativas. A partir disto, Bruno Jatene  
41 apresentou um breve histórico de ações tomadas pelo Instituto para atualização dos contratos  
42 com os prestadores, citando os principais problemas que o IPE Saúde vinha tendo em relação as  
43 tabelas de medicamentos, OPME's e dietas, além de outros valores exorbitantemente elevados  
44 que não estavam dentro dos patamares praticado no mercado, em comparação aos pagos pelos  
45 outros planos de saúde. Resultando, inclusive, em apontamentos dos gestores pela CAGE. Por  
46 conta dessas razões, a Presidência do IPE Saúde revisou os valores destas tabelas, adequando  
47 os percentuais para os mesmos praticados em mercado pelos demais planos, e a ação criou um  
48 impacto financeiro expressivo nos prestadores de serviços que já haviam consolidado a prática  
49 do "faturamento cruzado" dentre eles o referido Hospital Santa Casa. Após, alguns movimentos  
50 foram adotados pelo IPE Saúde a fim de amenizar o impacto causado pela adequação das  
51 tabelas aos prestadores, oferecendo portanto uma revisão para aumento de valores de outros  
52 serviços contratados pelo plano. Na sequência, reuniões foram realizadas pela Presidência do  
53 IPE Saúde junto aos gestores do Hospital Santa Casa, onde tentou-se entrar em acordo quanto  
54 a valores pagos pelos procedimentos e dívidas que o Instituto tem com o Hospital, sendo  
55 proposto pela Autarquia que fosse pago o total de R\$ 5,1 milhões para cobertura das perdas  
56 provocadas com as alterações, bem como o reajuste de 33,58% na Tabela de Diárias e Taxas a  
57 fim de que se mantivessem normalizados os atendimentos aos segurados. Ainda, o IPE Saúde  
58 solicitou realizar o acordo junto da Câmara de Conciliação da Procuradoria Geral do Estado e  
59 estipulando um prazo contratual para reavaliação dos serviços prestados pelo Hospital. A gestão  
60 da Santa Casa, no entanto, não aceitou a proposta e afirmou que suspenderiam os atendimentos  
61 ao IPE Saúde, ficando de encaminhar a decisão em forma de ofício – o que, até o momento, não  
62 foi formalizado ao Instituto. Bruno Jatene relatou que o ofício das Federações está tratando dos  
63 assuntos de forma enviesada, visto o histórico anteriormente citado das inúmeras tratativas

64 contratuais realizadas pelo IPE Saúde junto aos prestadores. Na sequência dos relatos do  
65 diretor-presidente, Bruno Jatene, conjuntamente com as falas do diretor de Provimento de  
66 Saúde, Antônio Quinto Neto, a vice-presidente do Conselho, Liselena Schiffino, manifestou-se  
67 apontando a necessidade de se responder este ofício compondo da decisão do Conselho de  
68 Administração sobre o tema. Já o conselheiro Ives Agamenon, em sua fala, afirmou não ser  
69 surpresa para o colegiado o recebimento deste tipo de comunicado por parte dos prestadores,  
70 pois era sabido que as ações de reestruturação contratual feitas pelo IPE Saúde causariam altos  
71 impactos e reações junto aos prestadores. Desta forma, o conselheiro sugeriu que o referido  
72 ofício seja respondido afirmando que este Conselho de Administração está de acordo e apoia as  
73 decisões tomadas pela Presidência do IPE Saúde, no que se trata das revisões das tabelas, e  
74 demais ações que ainda serão implantadas para a reestruturação financeira da Autarquia. Já a  
75 conselheira Márcia Elisa solicitou diligências quanto ao caso e que o CA demonstrasse que todo  
76 o processo de negociação com os prestadores já é de conhecimento do colegiado, além de  
77 salientar que a Presidência do IPE Saúde deve observar com cuidado a entrada da Federação RS  
78 junto das manifestações recebidas. Além disto, a conselheira Márcia salientou a importância de  
79 se ter o apoio do Governo do Estado nas decisões tomadas pela Autarquia. Katia Terraciano, por  
80 sua vez, falou que se esperava que este tipo de comunicado viria ao IPE Saúde e que o Conselho  
81 deve permanecer cumprindo sua palavra em apoio às ações tomadas pela Presidência do  
82 Instituto, além de pedir que se trouxesse, pela Presidência do IPE Saúde, os dados atualizados  
83 sobre os resultados financeiros decorrentes e as atualizações das Medidas de Repactuação com  
84 os Prestadores de Serviços Credenciados. Na sequência, as conselheiras Márcia Elisa e Vera  
85 Lessês relataram algumas informações que recepcionam constantemente pelos segurados do  
86 plano quanto à falta de atendimento dos prestadores. O conselheiro Antônio de Pádua sugeriu  
87 que a Procuradora do Ministério Público, dra. Roberta Brenner, permanecesse acompanhando  
88 esta pauta junto do colegiado, visto que já há um processo aberto sobre o assunto no MPRS.  
89 Após as manifestações dos conselheiros, Bruno Jatene afirmou que diariamente o IPE Saúde tem  
90 se atentado às dívidas para com os prestadores e a falta de atendimento aos segurados, mas  
91 que em todas as ações deve-se ter cautela, pois o IPE Saúde tem limites de gastos. Além disto,  
92 Bruno relatou sobre a diferença em lidar com os hospitais de forma individual e com as  
93 Federações representativas, sendo que a maioria das gestões hospitalares elogia a forma que o  
94 IPE Saúde tem conduzido as ações neste momento de reavaliação financeira. Além disto, o

95 diretor-presidente da Autarquia relatou sobre irregularidades identificadas e sanadas em  
96 algumas cobranças realizadas por prestadores a partir de auditorias realizadas pelo Instituto.  
97 Por fim, os conselheiros deliberaram que será encaminhado um ofício, em resposta ao remetido  
98 pela Federação RS e FEHOSUL, informando que o Conselho de Administração do IPE Saúde está  
99 de acordo com as ações tomadas pela Presidência do Instituto no que se refere à  
100 reconstrução com os prestadores e revisão das tabelas, padronizando os valores dos  
101 medicamentos com aqueles praticados em mercado e em outros planos de saúde. **7) Análise**  
102 **das contas das principais clínicas de oncologia credenciadas ao IPE Saúde (Dados gerais e como**  
103 **é feito o controle e a análise das contas).** Para dar início às apresentações, o diretor de  
104 Provimento de Saúde, Antônio Quinto Neto, apresentou aos conselheiros o número geral de  
105 usuários dos serviços credenciados ao IPE Saúde no estado do Rio Grande do Sul, divididos por  
106 nove regiões funcionais. Visto isso, apresentou o número de clínicas com serviços de oncologia  
107 existentes por cada região apresentada, separando os dados por tipos de serviços, como  
108 quimioterapia, radioterapia, imunoterapia, e variações destas terapias. A totalidade destes  
109 serviços em clínicas compreendem um valor de faturamento de R\$ 42.044.100,00/mês e um  
110 gasto anual de R\$ 504.529.201,00. Os dados referentes aos hospitais que oferecem tratamentos  
111 de oncologia também foram apresentados por regiões e tipos de serviços prestados, sendo o  
112 faturamento mensal destes no valor de R\$ 13.821.637,00 e valor anual de R\$ 165.859.645,00.  
113 Além disto, o diretor Antônio Quinto apresentou o comparativo de gastos com serviços de  
114 oncologia entre clínicas e hospitais, onde demonstra que as clínicas correspondem ao gasto de  
115 75,26% enquanto os hospitais correspondem a 24,74%. Totalizando os gastos das clínicas e  
116 hospitais, os gastos mensais tornam-se R\$ 55.865.737,00 e diários R\$ 1.862.191,00. A partir dos  
117 dados apresentados, os conselheiros discutiram o assunto, destacando a diferença expressiva  
118 de valores do que se paga com clínicas em comparação a hospitais que prestam o mesmo  
119 serviço, sendo este um grande potencializador dos déficits do IPE Saúde. O diretor de  
120 Provimento de Saúde explicou como ocorrem os tratamentos, o tempo de sobrevida por faixa  
121 etária e por tipo de tratamento, além da justificativa dos valores gastos explicando onde os  
122 mesmos são aplicados. Já o diretor-presidente do IPE Saúde e conselheiro, Bruno Jatene,  
123 enfatizou que muitas clínicas e hospitais prestam um excelente atendimento oncológico aos  
124 segurados, mas que ainda assim os valores pagos pelos tratamentos precisam ser sempre  
125 observados e acompanhados pelas auditorias. Conforme apurado em algumas situações, a

126 excelência na qualidade da prestação do serviço não pode ser confundida com a falta de  
127 necessidade de acompanhamento, sobretudo porque as irregularidades precisam ser sempre  
128 coibidas. Um grande problema enfrentado com as clínicas de oncologia, especificamente, é a  
129 falta de um hospital para retaguarda nos tratamentos administrados. Uma das maneiras de se  
130 resolver os impasses com os gastos exorbitantes nas referidas clínicas é o controle do  
131 encaminhamento dos pacientes oncológicos preferencialmente aos hospitais que prestam este  
132 serviço na região e por meio da adoção de protocolos por patologia. Antônio Quinto relatou,  
133 ainda, que o IPE Saúde vinha credenciando clínicas para atendimento oncológico sem realizar  
134 vistorias nos locais, o que desde o início dessa nova gestão do Instituto no início do ano passado  
135 está sendo feito. Este foi um dos principais agravantes no aumento das despesas com este tipo  
136 de prestador. A conselheira Katia Terraciano questionou se a diferença de valores de clínicas  
137 para hospitais deve-se a falta de fracionamento das medicações oncológicas, ao que o diretor  
138 de Provimento de Saúde, Antônio Quinto, junto de sua assessora, Ilse Tondo, explicaram que é  
139 a falta de fracionamento dos medicamentos oncológicos e as taxas de infusão. Após os  
140 esclarecimentos, foi apresentado o orçamento anual de 2023 para pagamento aos prestadores,  
141 de modo geral, em comparação ao orçamento do ano de 2022 considerando a sinistralidade de  
142 85%. Antônio Quinto apresentou, também, as instruções normativas implementadas pelo IPE  
143 Saúde no caso de tratamentos para patologias específicas, divididas pelos anos de 2021 a 2023.  
144 Após, apresentou-se as medidas tomadas pelo IPE Saúde, referentes aos tratamentos de  
145 oncologia, compreendidas durante o ano de 2022 sendo elas: 1 – Revisão de Protocolos  
146 Oncológicos; 2 – Fracionamento de medicamentos oncológicos; 3 – Parametrização do sistema  
147 SMH relacionado com os medicamentos por via de administração; 4 – Correção da Taxa de  
148 Infusão; e 5 – Auditoria extraordinária. Nas auditorias realizadas pelo IPE Saúde, identificou-se  
149 irregularidades padronizadas no que se refere à prescrição de medicamento oncológico em  
150 desacordo com protocolos de oncologia, cobrança maior que a dosagem prescrita, e cobrança  
151 de taxa de sala de quimioterapia em desacordo com a portaria relacionada. Por fim, foi  
152 apresentada a relação de gastos com os tratamentos e a quantidade de segurados oncológicos  
153 por faixa etária. **8) Investimentos Gerais (interno) do IPE Saúde.** Por falta de tempo hábil para  
154 apresentação da pauta, a mesma foi transferida para a próxima reunião ordinária do CA que  
155 ocorrerá no dia 09 de fevereiro de 2023. **9) Realinhamento salarial dos servidores do quadro**  
156 **do IPE Saúde.** Por falta de tempo hábil para apresentação da pauta, a mesma foi transferida

157 para a próxima reunião ordinária do CA que ocorrerá no dia 09 de fevereiro de 2023. **10)**  
158 **Assuntos de Ordem Geral.** Em assuntos de ordem geral, a vice-presidente do Conselho, Liselena  
159 Schiffino, solicitou que fosse trazido ao colegiado informações do que é mais judicializado no  
160 IPE Saúde e apresentada esta pauta na próxima reunião do Conselho que ocorrerá no dia 09 de  
161 fevereiro de 2023. Além deste pedido, a conselheira Katia Terraciano solicitou informações  
162 completas sobre os aportes recebidos pelo IPE Saúde, especificados por tipos de créditos pagos  
163 ao Instituto, origens e datas em que os mesmos foram creditados no caixa da Autarquia, a fim  
164 de justificar os valores pagos extraordinariamente aos hospitais credenciados ao plano de  
165 saúde. **11) Definição de pauta para a próxima sessão.** Para a reunião ordinária do dia 09 de  
166 fevereiro de 2023, ficou definido os seguintes temas: Investimentos Gerais (interno) do IPE  
167 Saúde; Remuneração dos servidores do quadro do IPE Saúde; e Informações sobre  
168 judicializações do IPE Saúde. **12) Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e dando por  
169 encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que foi elaborada, revisada  
170 e assinada pela secretária do Conselho de Administração, Thuane Liesenfeld Borges, e pela vice-  
171 presidente do Conselho de Administração, Liselena Schiffino Robles Ribeiro, que presidiu  
172 presencialmente a reunião em virtude da impossibilidade técnica do presidente que  
173 compareceu à sessão de modo virtual, e que se encontra à disposição dos Senhores  
174 Conselheiros, por meio eletrônico, ressaltando-lhes o direito de retificá-la, por escrito, se assim  
175 desejarem, até sua aprovação .

176

177

**Porto Alegre, 26 de janeiro de 2023.**

178

179

**Liselena Schiffino Robles Ribeiro**

180

Vice-presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

181

182

**Thuane Liesenfeld Borges**

183

Secretária do Conselho de Administração.